



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

*Gabinete da Procuradora-Geral da República*

## **Nota para a Comunicação Social**

### **Investigações relacionadas com o “Universo Espírito Santo”**

Ao abrigo do disposto no art.º 86.º, n.º 13, al. b) do Código de Processo Penal, a Procuradoria-Geral da República esclarece:

No dia 20 de julho, Ricardo Espírito Santo Silva Salgado foi interrogado e constituído arguido pelo Ministério Público, no âmbito das investigações relacionadas com o denominado “Universo Espírito Santo”, que correm termos no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP).

Na sequência desse interrogatório, o Ministério Público, tendo em vista a aplicação de medida de coação diversa do termo de identidade e residência, apresentou um requerimento para que o arguido fosse presente ao Tribunal Central de Instrução Criminal, o que aconteceu durante o dia de hoje.

Até à data, foram constituídos seis arguidos no âmbito destas investigações, nas quais está em causa a suspeita da prática de crimes de falsificação, falsificação informática, burla qualificada, abuso de confiança, fraude fiscal, corrupção no setor privado e branqueamento de capitais.

No que respeita ao número de inquéritos relacionados com o denominado “Universo Espírito Santo”, correm termos no DCIAP, neste momento, cinco inquéritos autónomos e 73 inquéritos, que se encontram apensos a um daqueles. Estes inquéritos apensos respeitam a queixas apresentadas por pessoas que se consideram lesadas pela atividade desenvolvida pelo BES e pelo GES.

As investigações estão a cargo de cinco magistrados do Ministério Público do DCIAP. Está ainda constituída uma equipa multidisciplinar de seis magistrados de outras jurisdições, sendo que esta intervém apenas em questões específicas relacionadas, designadamente, com o arresto de bens/recuperação de ativos, questões cíveis e de insolvência.

Nestas investigações, o Ministério Público é coadjuvado por elementos da Polícia Judiciária e da Autoridade Tributária e Aduaneira.

Dada a matéria que está em causa, o Ministério Público trabalha também em estreita colaboração com as entidades reguladoras, como o Banco de Portugal e a CMVM.

Os inquéritos relacionados com o denominado “Universo Espírito Santo” encontram-se em segredo de justiça.

Lisboa, 24 de julho de 2015.

O Gabinete de Imprensa